



PORTUGAL

Discurso do Ministro António Serrano

sobre a

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO: A PAC NO HORIZONTE 2020

CM Agricultura e Pescas - 13.Dez.2010

Obrigado Sabine

Agradeço a oportunidade deste debate sobre **o primeiro dos três grandes objectivos propostos na Comunicação da Comissão para a PAC pós 2013: Garantir a produção alimentar viável** em toda a UE.

Como sabemos, o desafio da segurança alimentar é muito exigente para os nossos agricultores. Primeiro, porque o contexto global é de forte crescimento da procura alimentar, de intensificação da concorrência internacional e de grande instabilidade dos mercados e preços agrícolas. Em segundo, porque os agricultores europeus cumprem exigentes normas de produção e padrões de qualidade alimentar, acima do que é exigido internacionalmente, pelo que as relações comerciais com países terceiros não respeitam suficientemente os princípios de reciprocidade.

Assim, para garantirmos uma **produção alimentar viável** em toda a UE precisamos quer de uma intervenção reguladora dos mercados, designadamente através de instrumentos para reduzir a variabilidade dos rendimentos agrícolas e responder a situações de crise, quer de meios para compensar os agricultores europeus pelos seus elevados padrões de produção e para remunerar os bens públicos que fornecem à sociedade.

Concordamos, por isso, com **as três orientações** propostas pela Comissão para a que a **Futura PAC** promova a **produção alimentar viável**.

Os instrumentos incluídos na Opção 2 da Comunicação constituem uma boa base para concretizar estas orientações e atingir o objectivo visado.

Neste quadro, há um conjunto de pontos que consideramos essenciais para a eficácia da futura PAC.

A atribuição dos pagamentos directos no âmbito do 1º pilar deve ser consistente com os novos objectivos, não continuar refém dos direitos históricos e basear-se em critérios objectivos e justos de repartição entre Estados-Membros e agricultores.

Os pagamentos compensatórios aos agricultores nas zonas menos favorecidas ou com desvantagens naturais, pagos anualmente numa base não contratual, devem ser objecto de uniformização no que respeita o nível de comparticipação da UE, através de um financiamento de 100%, independentemente de estarem inseridos no primeiro ou no segundo pilares.

A pequena agricultura deve beneficiar de um regime de apoio simplificado, que potencie o seu contributo para a sustentabilidade económica, ambiental e social de muitos territórios rurais da União.

Os instrumentos de gestão de risco e de estabilização de rendimentos devem ser reforçados e melhorados, designadamente através do co-financiamento comunitário dos sistemas de seguros.

Os apoios à inovação e competitividade são prioritários e devem ser orientados para a criação de condições que sirvam todos os tipos de agricultura e não para acentuar as disparidades e as vantagens dos sistemas e explorações agrícolas que já beneficiam de condições naturais e de mercado mais favoráveis.

Caros colegas, Senhor Comissário, pensamos que é essencial reconhecer a diversidade das agriculturas europeias e aproveitar em pleno o seu contributo para o crescimento económico, a promoção do emprego e a garantia da produção alimentar viável em toda a UE.

Por isso, defendemos uma PAC renovada e mais equilibrada, que promova a inovação, a competitividade, a sustentabilidade ambiental e a coesão social e territorial e que mobilize o contributo de todos os agricultores na resposta às expectativas da sociedade.
